



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2739/2025

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 20/07/2026

HORÁRIO: 09h30m

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Professor Fernando Nunes, nº 37, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ, torna público que, devidamente autorizado pelo Secretário Municipal de Saúde, *Carlos Eduardo da Silva Aguiar*, na forma do disposto no **Processo Administrativo n.º 2739/2025**, fará realizar, na data e hora acima informadas, licitação na modalidade **PREGÃO**, na sua forma eletrônica, pautado na disposição do artigo 28, inc. I, da Lei Federal 14.133/2021, sob n.º **XXX/2026**, que será regido pelas disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, Decreto n.º 5.045, de 09 de maio de 2024, admitindo como critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na forma do artigo 33, Inc. I, da Lei Federal 14.133/2021, sendo do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, no modo de disputa “**ABERTO**”, conforme artigo 56, Inc. I, da Lei Federal 14.133/2021, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, BICOS DE VÁLVULA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADOS, INCLUINDO ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, MOTAGEM, DESMONTAGEM E CONSERTOS DE PNEUS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

O PREGÃO será conduzido pela(o) PREGOEIRA(O) e Equipe de Apoio conforme designação contida na Portaria nº **0116/2025 de 12 de fevereiro de 2025** publicada no Diário Oficial do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ para a condução do presente certame.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

II – DO OBJETO

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

IV – DO CREDENCIAMENTO

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

X – DA HABILITAÇÃO

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

XII – DOS RECURSOS

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO

XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II- MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO III – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO V – CADASTRO DE RESERVA

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO (AQUISIÇÃO DE PEÇAS)

<p>PREGÃO ELETRÔNICO N. 006/2026 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ</p>

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 No dia **20/07/2026, às 09h30m**, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet – sítio: <https://www.licitanet.com.br>.

1.3 Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

II – DO OBJETO

2.1 Esta licitação tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, BICOS DE VÁLVULA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADOS, INCLUINDO ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, MOTAGEM, DESMONTAGEM E CONSERTOS DE PNEUS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no licitanet.com.br e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico licitacoespmcm@gmail.com.

3.2 As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade

3.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.

3.6 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

4.2 O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

5.1 Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

5.1.1 Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

5.1.2 Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico
<https://www.licitanet.com.br>

5.1.3 Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.1.4 Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.5 Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

5.1.5.1 A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.6 A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.2 Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2 Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2.1 A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

5.2.3 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.4 Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.4.1 Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.2.5 Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

5.2.9 Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.

5.2.11 Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

5.2.12 Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.12.1 A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.12.2 A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.12.3 A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

6.1 Após a divulgação deste edital no sítio www.licitanet.com.br as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

6.2 No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

6.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.4 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

6.5 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, a contar da apresentação da proposta final (proposta readequada).

6.6 Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.7 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8 Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

6.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo



estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

7.2 A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

8.1 No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.2.1 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de R\$10,00 (dez reais) entre os lances, quanto aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 e R\$0,10 (dez centavos) quanto aos itens 15, 16, 17, 18, 19 e 20**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.1.1 Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.2.1.2 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2.1.3 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

8.6 A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

8.7 Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

8.8 Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.9 O sistema abrirá oportunidade, da licitante que ofertou o valor mais baixo e os das 3 (três) ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores, para ofertar um lance final.

8.9.1 No procedimento de que trata o item anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.10 Não havendo o mínimo de 3 (três) ofertas nas condições definidas no 8.9, poderão os autores dos melhores lances na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final.

8.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

8.12 Do desempate:

8.12.1 Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.12.1;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

8.13 Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação

comprobatória. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.14 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.15 Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.16 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

9.3 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, devendo ser respeitado o valor máximo de cada item apresentado pela Administração.

9.3.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

9.4 A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

9.5 Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

9.6 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

9.7 Deverão ser apresentados junto com a planilha readequada catálogos técnicos, laudos ou manuais dos respectivos produtos de cada vencedor, contendo todas as especificações, marca e modelo.

9.8 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.9 As marcas apresentadas nas propostas por meio do licitanet não poderão ser substituídas quando da apresentação da proposta realinhada ou qualquer outro documento complementar, da proposta, quando solicitado pelo condutor da licitação.

9.10 Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos ou conforme o prazo determinado durante a sessão.

X – DA HABILITAÇÃO

10.1 Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

10.1.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

10.2 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.2.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.2.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.3 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

10.4 A documentação de habilitação deverá conter:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cédula de identidade, no caso de pessoa jurídica;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- f) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- g) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- h) Demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, incluindo balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício (DRE), com comprovação dos seguintes índices superiores a 1 (um):
 - **Liquidez Geral (LG)** = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante})$;
 - **Solvência Geral (SG)** = $\text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante})$;
 - **Liquidez Corrente (LC)** = $\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$.
- i) Caso qualquer dos índices contábeis exigidos seja inferior ou igual a 1 (um), a empresa deverá apresentar capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 9% do valor total estimado da contratação ou da parcela pertinente;
- j) Empresas constituídas no exercício da licitação deverão apresentar o balanço de abertura e atender integralmente às exigências de habilitação previstas;
- k) Empresas com menos de dois anos de existência poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes apenas ao último exercício, nos termos do §6º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- l) Comprovante de inscrição no CPF (sócio) e no CNPJ (empresa);
- m) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal compatível com o ramo de atividade e o objeto da contratação;
- n) Certidão conjunta de regularidade fiscal e quanto à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (RFB/PGFN);
- o) Provas de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- p) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- q) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.

DECLARAÇÕES EXIGIDAS:

- r) Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;
- s) Declaração de cumprimento das exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;
- t) Declaração de que a proposta econômica contempla todos os encargos trabalhistas incidentes, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- u) Declaração de que o licitante tomou conhecimento das condições locais e de todas as informações necessárias para o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

10.5 As declarações elencadas nas alíneas “r”, “s”, “t” e “u” do subitem 10.4 deverão ser formalizadas em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br>.

10.6 O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

10.7 As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

10.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.7.1.1 O prazo de que trata o subitem 10.7.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

10.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.7.1 e 10.7.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

10.9 Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

10.10 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

10.11 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.11.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.12, a sessão pública somente poderá



ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

10.11.2 O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

10.12 Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.13 A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.14 Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

10.15 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.12.

10.16 Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

10.17 A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Osvaldo Aranha, nº 06, Campo do Prado, Cachoeiras de Macacu/RJ, CEP: 28.680-000, aos cuidados do(a) pregoeiro(a) responsável.

10.18 O envelope contendo os documentos deverá estar lacrado, contendo informações sobre o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

11.1 A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

11.2 Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

11.3 A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:



11.3.1 Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

11.3.2 O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

11.3.3 A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

11.3.4 Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

XII – DOS RECURSOS

12.1 Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico.

12.2 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

12.3 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de R\$ 622.076,28 (seiscentos e vinte e dois mil, setenta e seis reais e vinte e oito centavos).

13.1.1 Natureza de Despesa:

- 709.50.003.0001.10.302.2062.3.3.90.30.00.1.635.0000.
- 511.50.003.0001.10.302.2062.3.3.90.39.00.1.635.0000.

XIV – DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a liquidação da despesa, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

14.2 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis uma única vez, por igual período.

14.3 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante/Gerenciador da ata.

XV – DAS PENALIDADES

15.1 A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1) multa compensatória:

- a) 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP;
- b) 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso de não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.
- c) 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

15.1.2 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;



b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;

c) não assinar o contrato ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;

d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

15.1.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

15.1.4 As multas previstas no item poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

15.2 É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa, se houver;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

15.3 A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4 A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

15.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.6 Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

15.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.7.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

15.8 As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratuais previstas na minuta de contrato, anexa a este edital.

XVI – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologada a licitação, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRAS DE MACACU – FMS- CM poderá convocar a licitante vencedora para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

16.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2 É facultado ao FMS-CM, quando a adjudicatária não assinar a Ata de Registro de Preço - ARP, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.3 Caso nenhuma das licitantes aceite assinar a ARP nos termos do item anterior, o FMS-CM, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b) adjudicar e assinar a ARP nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente

estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.4.1 A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.3.

16.5 Por ocasião da assinatura da ARP, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

16.6 O FMS-CM poderá requerer, no momento da assinatura da ARP, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização da ata.

16.7 A critério do FMS-CM, a assinatura da ARP poderá ocorrer de forma manual.

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Fica vedada a subcontratação no fornecimento objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIX – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

19.1.1 Apresentação da justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

19.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei 14.133/21; e

19.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor;

19.2 A autorização do órgão ou Entidade Gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da Adesão pelo Fornecedor;

19.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos, ou à sua capacidade de gerenciamento;

19.3 Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a execução de serviços ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

19.3.3 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante

aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;

19.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

19.5 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

XX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

20.2 Assegura-se a esta Secretaria Municipal de Saúde/FMS-CM o direito de:

20.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2.2 Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o(a) pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

20.2.2.1 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

20.2.3 Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

20.2.4 Adiar a data da sessão pública.

20.3 O(A) pregoeiro(a) ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

20.4 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

20.5 O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

20.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.



20.7 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

20.8 Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao endereço constante no item 10.17.

20.9 O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos

www.pncp.gov.br;

https://transparencia.betha.cloud/#/VZIcwd3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197

e

<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 20 de julho de 2026.

Carlos Eduardo da Silva Aguiar
Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2739/2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: SETOR DE TRANSPORTE

1. OBJETO:

1.1 – Trata-se de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus automotivos, bicos de válvula e contratação de serviços mecânicos especializados, incluindo alinhamento, balanceamento, cambagem, montagem, desmontagem e consertos de pneus, destinados à manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde.

A contratação visa garantir a continuidade e a segurança dos serviços de transporte sanitário, especialmente no âmbito do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), assegurando o deslocamento adequado de pacientes para unidades de saúde dentro e fora do município, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

MATERIAIS E SERVIÇOS				
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185.R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	26	Peça
02	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 165/70 R13, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	32	Peça
03	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/65 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	110	Peça



04	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	16	Peça
05	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/65 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	70	Peça
06	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	22	Peça
07	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/60 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça
08	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/75 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	52	Peça
09	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 215/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	46	Peça
		Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto		



10	01	novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	44	Peça
11	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	34	Peça
12	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 245/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça
13	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 195/55 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	92	Peça
14	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R17, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça
15	01	Bico sem câmara, material de borracha de alta qualidade, durável e de fácil instalação. Evita que sujeira e água entre na válvula.	602	Peça
Serviços			Quantidade	Unidade
16	01	Alinhamento	800	Serviço
	02	Balanceamento	602	Serviço
	03	Cambagem	1.208	Serviço
	04	Montagem e desmontagem	602	Serviço
	05	Consertos de Pneus	300	Serviço

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

3.1. Conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:
XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. No caso em questão, tanto os pneus e bicos automotivos quanto os serviços de montagem, desmontagem, alinhamento, balanceamento, cambagem e conserto de pneus:

- São padronizados segundo normas técnicas e certificações oficiais (INMETRO, ABNT, CONTRAN);
- Permitem avaliação objetiva de qualidade e desempenho, com critérios verificáveis e mensuráveis;
- Podem ser contratados com base no critério de menor preço por item, sem comprometer a padronização ou a qualidade técnica do objeto.

3.3. Portanto, o objeto desta contratação se enquadra como bens e serviços comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeiras de Macacu é responsável pelo transporte diário de pacientes para unidades de referência, hospitais e centros especializados dentro e fora do município, no âmbito do Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Para que esse serviço essencial seja prestado com segurança, regularidade e eficiência, é indispensável que a frota de veículos esteja em boas condições de uso, com pneus conservados e serviços de manutenção realizados de forma adequada.

4.2. Considerando que os veículos da frota percorrem, em média, 450 km por dia, muitas vezes em estradas irregulares ou áreas de difícil acesso, é comum o desgaste acelerado dos pneus e a necessidade constante de serviços como alinhamento, balanceamento, cambagem, montagem, desmontagem e consertos. O fornecimento desses itens e serviços de maneira planejada e padronizada permitirá à Administração assegurar a continuidade dos atendimentos e a integridade física dos usuários e dos profissionais de saúde.

4.3. A presente contratação, portanto, é necessária para garantir a segurança no transporte dos pacientes e a eficiência dos serviços públicos de saúde, prevenindo a paralisação de veículos por falhas na manutenção e reduzindo custos com manutenções emergenciais e trocas prematuras. O fornecimento de pneus novos certificados pelo INMETRO, aliados à realização de serviços mecânicos especializados, contribui para a vida útil da frota e promove o uso racional dos recursos públicos.

4.4. A contratação também atende aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público, legalidade e transparência, conforme preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. A presente contratação visa atender a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, utilizada para transporte sanitário de pacientes, inclusive no âmbito do Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Abaixo, relacionam-se os veículos que compõem a frota, cuja manutenção será abrangida pelo objeto contratado:

VEÍCULO	PLACA	ANO
AMB. DUCATO	LMR5F59	2018
AMB. FIORINO	LMR5F58	2018
AMB. FIORINO	LTO2J83	2018
AMBULÂNCIA	LRU 3833	2011
FIAT DUCATO	LTU3A09	2018
FIAT DUCATO	LTT9B45	2018
FIAT DUCATO	LMY2I23	2018
FIAT TORO	LTK 9959	2018
FIAT TORO	LMN 7675	2018
FIAT TORO	LTK 9969	2018
FIAT TORO	KYQ 9271	2018
FIAT TORO	RKN7I21	2022
FIAT TORO	RKN7I20	2022
FIAT TORO	RKA8E72	2022
FIAT UNO	KNT 4909	2008
FRONTIER	JKH 6131	2006
FRONTIER	LRU 5103	2014
FRONTIER	LRU 5096	2014
GOL 1.0 FLEX	KXE 3264	2011
GOL 1.0 FLEX	LPV 7115	2011
GOL 1.0 FLEX	KQN 8415	2010
GOL 1.0	RKU7C01	2022
GOL 1.0	RJK8D30	2022
GOL 1.0	RJM7F82	2022
GOL 1.0	RJK8D29	2022
GOL 1.0	RIS8I37	2022
GOL 1.0	RJD7H13	2022
GOL 1.0	RJZ8C72	2022
GOL 1.0	RJA9A52	2022
GOL 1.0	RJC7J62	2022
KOMBI	JKH 7153	2006
KOMBI	LNN 7988	2011
KOMBI	KWZ 3446	2010



L200	KRR 5855	2016
L200	LSR 8411	2016
LOGAN	LQJ 7325	2012
LOGAN	KOW 8530	2012
PEUGEOT	RQS 3452	2011
AMBULANCIA	LUK 3193	2019
STRADA	KON 2331	2011
SAVEIRO	LCQ 0763	1998
UNO DRIVE 1.0	LTK 9940	2018
UNO DRIVE 1.0	KZH 9008	2018
UNO DRIVE 1.0	KZH 8993	2018
UNO DRIVE 1.0	KZH 8991	2018
UNO DRIVE 1.0	LTK 9947	2018
UNO DRIVE 1.0	LTK 9943	2018
UNO DRIVE 1.0	LTK 9949	2018
UNO MILLER	LUX 4598	2006
VERSA	KRL 3030	2015
VERSA	KRL 3029	2015
RENAULT MASTER	RJG0I13	2020
MASTER AMB.	RJH0I90	2020
MASTER AMB.	RKA0G76	2020
CRONOS	RIS8I35	2022
CRONOS	RKT8B59	2022
CRONOS	RJR8C10	2022
CRONOS	RJQ8H21	2022
CRONOS	RJA8F46	2022

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

5.1 – Os pneus e bicos a serem adquiridos são classificados como bens de consumo duráveis, essenciais para o funcionamento da frota. Já os serviços de manutenção mecânica (montagem, substituição, alinhamento, balanceamento e demais procedimentos técnicos) compõem o ciclo contínuo de conservação preventiva e corretiva dos veículos, fundamentais para a operação da Secretaria de Saúde.

5.2 – Após estudo técnico, concluiu-se que a melhor solução consiste na separação da contratação em lotes distintos: **aquisição de materiais** e **prestação de serviços especializados**. Essa separação promove a competitividade e facilita o controle e a fiscalização da execução contratual.

5.3 – São exigências da contratação:

- **5.3.1** – Pneus devem ser novos, com certificação do INMETRO, sem uso, remoldagem ou reforma.
- **5.3.2** – Bicos devem ser de borracha de alta qualidade, compatíveis com os pneus.
- **5.3.3** – O prazo de entrega dos bens (pneus e bicos) é de até 10 (dez) dias úteis, conforme solicitação de fornecimento realizada pelo setor competente, após emissão da nota de empenho, em remessa única ou conforme cronograma indicado pela Administração.
- **5.3.4** – A contratada deverá realizar os serviços de montagem, desmontagem, alinhamento, balanceamento, cambagem e demais intervenções técnicas em prazos estipulados a partir da ordem de serviço, conforme detalhado no edital.
- **5.3.5** – Os serviços deverão ser executados com **mão de obra qualificada**, por profissionais especializados, utilizando equipamentos adequados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, com emissão de laudos técnicos.
- **5.3.6** – Em caso de fornecimento de materiais ou execução de serviços em desacordo com as especificações, caberá à contratada a substituição ou correção sem ônus para a Administração.
- **5.3.7** – Os bens deverão estar em linha de produção, com fabricação recente, entregues em embalagens originais lacradas.
- **5.3.8** – A contratada será responsável por todas as despesas necessárias à entrega dos bens e execução dos serviços, incluindo frete, tributos, insumos e encargos legais.
- **5.3.9** – A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer à Administração **laudos técnicos detalhados** após a execução dos serviços de geometria (alinhamento, balanceamento e cambagem), contendo as medições realizadas, os ajustes efetuados, a identificação do veículo e eventuais recomendações técnicas adicionais. Os laudos deverão ser assinados por profissional qualificado e entregues junto com a nota fiscal do serviço, como condição para o recebimento definitivo.
- **5.3.10** – A substituição de pneus deverá observar os critérios técnicos estabelecidos na Resolução CONTRAN nº 913, de 28 de março de 2022, especialmente no que se refere à profundidade mínima dos sulcos, danos estruturais e demais condições que comprometam a segurança veicular. A substituição deverá ser previamente autorizada pela fiscalização da Administração, mediante avaliação técnica, conforme as orientações dessa norma.

6. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

6.1. A presente contratação será dividida em 16 (dezesseis) lotes, sendo 14 (quatorze) lotes correspondentes à aquisição de pneus automotivos novos, 1 (um) lote destinado à aquisição de bicos de válvula sem câmara e 1 (um) lote para contratação de serviços automotivos, compreendendo alinhamento, balanceamento, cambagem, montagem, desmontagem e consertos de pneus.

6.2. O parcelamento dos itens de material, em lotes distintos por tipo de pneu, visa garantir a ampla participação de fornecedores, em observância aos princípios da competitividade, vantajosidade e isonomia, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. A aglutinação dos serviços automotivos em um único lote justifica-se por razões técnicas e econômicas, tendo em vista que tais serviços são interdependentes e exigem padrão único de execução, além de favorecer a continuidade e a rastreabilidade dos atendimentos realizados.

6.4. O fracionamento excessivo dos serviços poderia comprometer a integridade da execução contratual, aumentar os custos com logística e dificultar o controle e a fiscalização por parte da Administração. A contratação de uma única empresa para execução dos serviços de manutenção permite o acompanhamento centralizado, a uniformidade nos procedimentos e a padronização dos relatórios e laudos técnicos exigidos.

6.5. Dessa forma, o modelo de parcelamento adotado atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, assegurando maior controle da Administração e melhor prestação dos serviços, sem comprometer a competitividade do certame.

7 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do art. 82 da **Lei nº 14.133/2021**, tendo como objetivo a seleção de fornecedores para o atendimento futuro e eventual das necessidades da Administração.

7.2. O Sistema de Registro de Preços possibilita a aquisição dos bens e serviços de forma **parcelada**, conforme demanda, **sem obrigatoriedade de contratação imediata** por parte da Administração, garantindo economicidade e flexibilidade operacional.

7.3. O resultado da licitação será formalizado por meio da **Ata de Registro de Preços**, com validade de até **12 (doze) meses**, conforme §2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

7.4. A Ata de Registro de Preços será assinada pela Administração com os fornecedores classificados e aceitará a adesão de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, desde que autorizada pela autoridade competente e observadas as condições previstas no edital.

7.5. A existência da Ata de Registro de Preços **não gera direito subjetivo à contratação**, sendo facultada à Administração a aquisição total, parcial ou a não aquisição dos itens registrados, conforme conveniência e oportunidade administrativa.

7.6. Os quantitativos registrados na Ata referem-se a estimativas de consumo, podendo ser adquiridos conforme necessidade, observando-se os limites previstos no edital e na legislação vigente.

7.7. A gestão da Ata ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que será também responsável por acompanhar sua execução e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelos fornecedores registrados.

8 - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 – Entrega do objeto:

8.1.1 – O prazo para entrega dos bens (pneus e bicos) será de até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação formal de fornecimento realizada pelo setor competente, após a emissão da Nota de Empenho, em remessa única ou conforme cronograma indicado pela Administração.

8.1.2 – Caso a entrega não possa ser realizada dentro do prazo estabelecido, a Contratada deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, apresentando as devidas justificativas, para fins de análise de eventual prorrogação. Situações de caso fortuito ou força maior serão avaliadas nos termos da legislação aplicável.

8.1.3 – Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Secretaria Municipal de Saúde – Rua Professor Fernando Nunes, nº 37 – Centro – Cachoeiras de Macacu/RJ**, no horário das 8h às 17h, em dias úteis.

8.2 – Execução e Recebimento dos Serviços

a) Os serviços de montagem, alinhamento, balanceamento, cambagem e demais procedimentos técnicos deverão ser realizados em oficina da Contratada, a qual deverá estar situada obrigatoriamente dentro dos limites do Município de Cachoeiras de Macacu e a até 30 km da sede da Administração, em endereço previamente informado e aceito.

b) Após a execução de cada serviço, a Contratada deverá formalizar a conclusão à Administração, que designará um Fiscal Técnico do Contrato para realizar a vistoria técnica e o recebimento.

c) O Fiscal Técnico efetuará a verificação completa no local da prestação do serviço, incluindo aferição dos procedimentos executados e emissão de laudo técnico que ateste a conformidade com as especificações contratuais.

d) Qualquer vício, defeito ou irregularidade detectado deverá ser corrigido pela Contratada, às suas expensas, não sendo emitido o laudo de conformidade enquanto não houver total adequação aos termos contratuais.

8.3 – Regras de recebimento provisório e definitivo do objeto:

8.3.1 – O recebimento provisório dos bens e serviços será realizado pelo Fiscal Técnico do Contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências técnicas, incluindo a apresentação de laudos e relatórios de execução dos serviços, quando aplicável.

8.3.2 – O Fiscal Administrativo do Contrato verificará o cumprimento das exigências formais e documentais, incluindo prazos, notas fiscais, registros e comprovações pertinentes.

8.3.3 – O recebimento provisório considerar-se-á formalizado com a lavratura do(s) termo(s) detalhado(s), devendo constar eventuais pendências, que deverão ser corrigidas pela Contratada.

8.3.4 – A Contratada será responsável, às suas expensas, pela substituição ou correção de quaisquer vícios, defeitos ou irregularidades detectadas, não sendo emitida a aprovação final enquanto não houver conformidade com as condições contratuais.

8.3.5 – O recebimento provisório estará condicionado, quando aplicável, à conclusão de testes de campo, aferição técnica dos serviços executados (como alinhamento, balanceamento, cambagem) e entrega dos respectivos laudos técnicos.

8.3.6 – Quando houver apenas um servidor designado para fiscalização, este deverá elaborar termo detalhado que contemple os aspectos técnicos e administrativos, com fundamentação conclusiva, encaminhando-o à Gestão Contratual para emissão do termo de recebimento definitivo.

8.3.7 – Será emitido documento comprobatório de avaliação do desempenho da Contratada, com base em critérios técnicos objetivos, incluindo menção a eventuais penalidades aplicadas, o qual será anexado ao cadastro de atesto de cumprimento das obrigações contratuais.

8.3.8 – A Gestão do Contrato analisará todos os relatórios e documentos apresentados. Caso sejam identificadas irregularidades impeditivas à liquidação da despesa, a Contratada será formalmente comunicada, com indicação das cláusulas descumpridas e solicitação de correções.

8.3.9 – Após a validação dos serviços e a entrega dos bens, a Contratada será formalmente comunicada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com valor exato atestado pela fiscalização.

8.3.10 – A documentação fiscal e técnica será encaminhada ao Setor de Contratos para os trâmites de liquidação e pagamento, conforme valores aferidos e atestados pela fiscalização e gestão.

8.3.11 – Em caso de controvérsias quanto à execução do objeto, no que se refere à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, autorizando-se o pagamento da parcela incontroversa mediante emissão de Nota Fiscal correspondente.

8.3.12 – Não será considerado o prazo de recebimento enquanto pendente a solução, por parte da Contratada, de inconsistências detectadas na execução do objeto ou nos documentos de cobrança.

9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

9.1 – O prazo de garantia dos bens fornecidos será aquele previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo exigida a cobertura contra defeitos de fabricação e vícios ocultos.

9.2 – Constatado defeito nos pneus ou bicos fornecidos, o Detentor da Ata deverá providenciar a substituição dos itens no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação oficial realizada pela Contratante, acompanhada da devida comprovação do defeito.

9.3 – O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal do Detentor da Ata e aceite expresso da Contratante.

9.4 – Durante o período de substituição, o Detentor da Ata deverá, obrigatoriamente, disponibilizar insumo equivalente, com especificações iguais ou superiores às originalmente contratadas, de forma a garantir a continuidade dos serviços de transporte da Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo à operação da frota.

9.5 – Caso não ocorra a substituição dentro do prazo estabelecido e não haja justificativa aceita pela Administração, a Contratante poderá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, contratar terceiros para realizar a substituição ou o reparo, sendo o Detentor da Ata obrigado ao reembolso integral dos custos arcados, sem prejuízo da manutenção da garantia contratual.

9.6 – Todos os custos relacionados à logística de devolução, substituição ou transporte dos materiais ou veículos para manutenção, inclusive frete e deslocamento, serão de responsabilidade exclusiva do Detentor da Ata.

9.7 – A garantia legal ou contratual dos bens e serviços permanece válida independentemente do prazo de vigência contratual, podendo a Administração aplicar penalidades caso haja descumprimento das obrigações assumidas, ainda que após o término do contrato.

10 – REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO E JULGAMENTO DE PROPOSTAS:

10.1.1. – Após o aceite da proposta quanto ao valor ofertado, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

10.1.2 – Deverão ser apresentados junto com a planilha readequada catálogos técnicos, laudos ou manuais dos respectivos produtos de cada vencedor, contendo todas as especificações, marca e modelo.

10.1.3 – A ausência de apresentação dos documentos exigidos acarretará a desclassificação da proposta.

10.1.4 – Serão objetos de análise dos documentos acima mencionados:

10.1.4.1. – A qualificação técnica dos bens (pneus e bicos): Os pneus deverão ser novos, com fabricação recente (máximo de 12 meses), certificados pelo INMETRO, sendo tais informações analisadas nos catálogos técnicos, laudos ou manuais que comprove as especificações ofertadas, como dimensão, índice de carga e velocidade.

10.1.4.2. – Os bicos de válvula: Deverão ser compatíveis com os pneus ofertados, fabricados em material de alta durabilidade (borracha ou composto equivalente), resistentes a variações de temperatura e pressão, devidamente lacrados e acondicionados em embalagem original. Para fins de julgamento, não será exigida padronização entre os bicos ofertados, desde que atendam às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

10.1.4.3. – A identificação da marca e do modelo ofertado: Deverão estar de acordo com os padrões exigidos pelas normas técnicas da ABNT e pelas regulamentações do INMETRO.

10.1.4.4. – A qualificação técnica dos serviços: O licitante deverá apresentar documentação que comprove a capacidade técnica para a prestação dos serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem, montagem, desmontagem e consertos de pneus, por meio de:

- Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a prestação de serviços similares aos licitados.
- Descrição detalhada da oficina/local de serviço, incluindo endereço e estrutura para atendimento, com a declaração de que se encontra em Cachoeiras de Macacu/RJ ou em um raio máximo de 30 km da sede da Secretaria.
- Declaração de que a mão de obra é qualificada para a execução dos serviços.

11. – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1. Qualificação Jurídica

A documentação relativa à habilitação jurídica deverá conter:

- a) Cédula de identidade (do sócio), no caso de pessoa jurídica;
- b) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício; e) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização de funcionamento emitido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2. Qualificação Econômico-Financeira

A documentação deverá conter:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, se pessoa física ou sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhados dos índices:

- $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- $\text{Solvência Geral (SG)} = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- $\text{Liquidez Corrente (LC)} = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$. Todos os índices devem ser superiores a 1 (um). Caso contrário, será exigido capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 9% do valor estimado da contratação ou da parcela pertinente.
- d) Empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão apresentar o balanço de abertura; e) Empresas com menos de 2 anos de constituição poderão apresentar demonstrações contábeis apenas do último exercício.

11.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A comprovação se dará mediante apresentação de:

- a) CPF (sócio) e CNPJ da empresa;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, pertinente ao ramo da atividade;
- c) Certidão conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (inclusive relativa à Seguridade Social), conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 103/2021;
- d) Certidões negativas junto às Fazendas Estadual e Municipal da sede da licitante; e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho.

11.5. Declarações Exigidas

Os licitantes deverão apresentar as seguintes declarações, que não se referem à qualificação técnica, mas são obrigatórias por lei:

- a) Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 e art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Declaração de cumprimento da legislação relativa à reserva de vagas para pessoas com deficiência ou reabilitados;
- c) Declaração de que a proposta contempla todos os custos com obrigações trabalhistas, conforme art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021;
- d) Declaração de ciência das condições locais para execução do objeto da licitação.

11.6. Procedimentos para Apresentação

As declarações das alíneas a, b, c e d do item 11.5 deverão ser formalizadas diretamente no sistema eletrônico de compras <https://www.licitanet.com.br>.

11.7. Inabilitação

O não cumprimento das exigências de habilitação implicará a inabilitação do licitante.

11.8. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação de habilitação, mesmo que contenha alguma restrição, conforme disposto na legislação vigente.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO:

12.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

13.1 DA SUSTENTABILIDADE:

13.1. Além dos critérios eventualmente indicados na especificação técnica do objeto, deve ser observados os seguintes princípios de sustentabilidade, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

13.1.1. Os produtos fornecidos, especialmente pneus e bicos, deverão ser de boa qualidade, devidamente certificados, garantindo maior durabilidade, segurança e melhor relação custo-benefício, conforme exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e na legislação pertinente (INMETRO e ABNT).

13.1.2. Os produtos e serviços contratados devem apresentar baixo impacto ambiental, especialmente quanto ao uso de recursos naturais, minimização de resíduos sólidos e correta destinação de materiais usados (como pneus inservíveis), conforme as normas ambientais vigentes.

13.1.3. A empresa contratada deverá observar práticas que minimizem o consumo de energia e água na execução dos serviços de manutenção, preferencialmente utilizando equipamentos com eficiência energética comprovada.

13.1.4. É vedado o fornecimento de pneus remoldados, recauchutados ou reformados, conforme diretrizes técnicas do ETP, em atenção à segurança veicular e à redução de impactos ambientais causados por trocas frequentes ou descartes prematuros.

14. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

14.1. Considerando que os bens e serviços a serem contratados possuem **padrão de desempenho e qualidade definidos objetivamente** por meio de edital, bem como **especificações usuais de mercado**, adotar-se-á a **modalidade licitatória Pregão Eletrônico**, com **formação de Ata de Registro de Preços**, conforme previsto nos **artigos 28, inciso I, e 29, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

14.2. O critério de julgamento será o de "**menor preço por lote**", de modo a permitir ampla competitividade e a melhor vantajosidade para a Administração.

14.3. A licitação será processada com **modo de disputa aberto**, nos termos do **artigo 56, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, permitindo que os licitantes encaminhem lances sucessivos e decrescentes, promovendo a disputa em tempo real.

14.4. Será assegurado o cumprimento da legislação vigente no que se refere ao tratamento diferenciado às **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, com a aplicação de **cotas reservadas e cotas exclusivas**, nos termos dos **artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006**, conforme análise de viabilidade e previsão expressa no edital.

14.5. Caberá ao pregoeiro promover diligências, sempre que necessário, com o objetivo de verificar a conformidade das propostas apresentadas em relação às exigências deste Termo de Referência. A não comprovação das informações ou o descumprimento das especificações técnicas poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos da legislação vigente.

15. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, devendo o setor competente informar a dotação orçamentária.

16. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

16.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

17.1. A gestão e fiscalização do contrato observarão as disposições do art. 117, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 5.022/2024, devendo ser exercidas



por agentes públicos designados formalmente para tal fim, conforme a natureza e a complexidade dos objetos contratados.

17.2. Compete ao Gestor do Contrato coordenar as ações relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como instruir os atos processuais necessários ao encaminhamento de documentos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação de sanções, liquidação de despesas, pagamento e eventual extinção contratual.

17.3. Ao Fiscal Técnico compete acompanhar a execução contratual quanto ao cumprimento das especificações técnicas constantes no edital e no termo de referência, verificando se os serviços (como montagem, balanceamento, alinhamento e consertos de pneus) e os materiais fornecidos (pneus e bicos) estão sendo prestados ou entregues de acordo com os padrões exigidos, incluindo a análise de laudos técnicos, prazos, desempenho e conformidade com os resultados esperados pela Administração.

17.4. O Fiscal Administrativo será responsável pelo acompanhamento dos aspectos formais do contrato, com foco na verificação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, bem como no controle das obrigações contratuais relativas a prazos, reajustes, repactuações, inadimplementos e medidas corretivas.

17.5. A gestão e fiscalização deverão ser realizadas de forma sistemática, contínua e preventiva, podendo ser exercidas por agente público individualmente ou por equipe designada, observando-se a complexidade do objeto e assegurando a devida segregação de funções entre as atividades técnicas e administrativas, conforme previsto na legislação vigente.

18. DA DESIGNAÇÃO PARA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

18.1. Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma [art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e do [art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024](#), devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

18.2. INDICAÇÕES:

FUNÇÕES	NOME	CPF	MATRÍCULA
Gestor do Contrato	Antônio Carlos Pinto Miranda	390.996.877-53	73124
Fiscal Técnico	Cassiano Fagundes Rodrigues	084.019.637-70	73076
Fiscal Administrativo	Gabriel Oliveira Vidal de Paula	130.279.357-80	73250

19. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE / GERENCIADOR DA ATA:

19.1. É obrigação da Contratante / Gerenciadora da Ata assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos produtos descritos.

19.2. A contratante / Gerenciadora da Ata deverá acompanhar o fornecimento/entrega, através dos responsáveis para esta atribuição, garantindo que o material atenda às especificações mínimas exigidas, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas ou defeitos observados, visando a regularização;

19.3. Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.

20. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA:

20.1. Entregar os equipamentos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste Contrato.

20.2. Entregar os bens/prestar os serviços nos locais indicados pela CONTRATANTE / GERENCIADORA DA ATA.

20.3. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

20.4. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para a CONTRATANTE / GERENCIADORA DA ATA, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas neste Termo de Referência, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

20.5. Fornecer, juntamente com a entrega do bem, toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo Termo de Garantia.

20.6. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

20.7. Manter durante a execução do Contrato/Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS).

20.8. Apresentar, durante todo o prazo de vigência do Contrato/Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

21.9. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

20.10. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE / GERENCIADORA DA ATA, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas no instrumento contratual.

20.11. Responsabilizar-se pela assistência técnica do bem e sua manutenção gratuita durante o período de garantia, ainda que a referida assistência técnica e manutenção sejam prestadas por outra empresa, conforme declarado na proposta da CONTRATADA / DETENTORA DA ATA.

20.12. Efetuar manutenção corretiva, que tem por objetivo corrigir falhas detectadas em qualquer equipamento fornecido, de forma a garantir o perfeito funcionamento e operacionalidade dos mesmos, realizando ajustes, reparos e correções necessárias, com a substituição de peças defeituosas ou de todo um equipamento.

20.13. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE / GERENCIADORA DA ATA, cujas reclamações se deve a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia.

20.14. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no contrato firmado.

20.15. Responsabilizar-se, com foros de exclusividade, pela observância a todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE / GERENCIADORA DA ATA. Caso este seja chamado a juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA / DETENTORA DA ATA obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

21. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

22.1. Do Recebimento do Objeto

22.1.1. Os bens (pneus e bicos) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pelo(a)

responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

22.1.2. Os **serviços** serão recebidos provisoriamente, no local de sua execução, mediante a emissão de relatório ou laudo técnico que comprove a conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência, especialmente as medições e ajustes realizados.

22.1.3. Os itens (bens e serviços) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou refeitos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

22.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e serviços, e consequente aceitação mediante termo detalhado.

22.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

22.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

22.1.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

22.2. Da Liquidação e do Pagamento

22.2.1. Liquidação: Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

22.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) Prazo de validade do documento; b) Data de emissão; c) Dados contratuais e identificação da Contratante; d) Período de execução do objeto; e) Valor a ser pago; f) Destaque de eventuais retenções tributárias cabíveis.

22.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

22.2.4. Prazo de Pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

22.2.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

22.2.6. Forma de Pagamento: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

22.2.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.2.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.2.9. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23. DAS PENALIDADES

23.1 - A licitante, em caso de descumprimento às regras do edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

25.1.1 - Multa compensatória:

a) 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos prazos previstos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006;

b) 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor homologado, em caso de não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;

c) 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver, ou de não confirmação do recebimento da Nota de Empenho.

23.1.2 – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, àquele que:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;



b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;

c) não assinar o contrato ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;

d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

23.1.3 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, àquele que:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena – declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

Cachoeiras de Macacu/RJ, 23 setembro de 2025

JORGE COELHO FREM

Matrícula 73062

Setor de Transporte



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

A empresa....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX, Processo Administrativo nº 2739/2025, em epígrafe que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, BICOS DE VÁLVULA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADOS, INCLUINDO ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, MOTAGEM, DESMONTAGEM E CONsertos de PNEUS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I - do Termo de Referência, conforme segue:

O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, a contar da apresentação da proposta final (proposta readequada).

LOT E	ITE M	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 185.R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	26	Peça		
		Pneu automotivo, construção radial,	32	Peça		



02	01	certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 165/70 R13, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
03	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/65 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	110	Peça		
04	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	16	Peça		
05	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO,	70	Peça		



		produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/65 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
06	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	22	Peça		
07	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/60 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça		
08	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/	52	Peça		



		ou remanufaturado, dimensões 205/75 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
09	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 215/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	46	Peça		
10	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	44	Peça		
11	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/70	34	Peça		



		R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
12	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 245/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça		
13	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 195/55 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	92	Peça		
14	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R17, tipo devendo possuir selo de	20	Peça		



		aprovação do INMETRO.				
15	01	Bico sem câmara, material de borracha de alta qualidade, durável e de fácil instalação. Evita que sujeira e água entre na válvula.	602	Peça		
16	01	Alinhamento	800	Serviço		
	02	Balanceamento	602	Serviço		
	03	Cambagem	1.208	Serviço		
	04	Montagem e desmontagem	602	Serviço		
	05	Consertos de Pneus	300	Serviço		

Total – R\$

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

..... de

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

Representante Legal



ANEXO III

PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº 2739/2025

PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2026

LOT E	ITE M	ESPECIFICAÇ ÃO	QUANTIDA DE	UNIDAD E	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
01	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185.R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	26	Peça	R\$520,99	R\$13.545,7 4
02	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 165/70 R13, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	32	Peça	R\$359,00	R\$11.488,0 0



03	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/65 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	110	Peça	R\$374,97	R\$41.246,70
04	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	16	Peça	R\$432,50	R\$6.920,00
05	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/65 R15, tipo devendo possuir selo de	70	Peça	R\$344,26	R\$24.098,20



		aprovação do INMETRO.				
06	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	22	Peça	R\$372,27	R\$8.189,94
07	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/60 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça	R\$461,92	R\$9.238,40
08	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/75 R16, tipo devendo	52	Peça	R\$728,00	R\$37.856,0 0



		possuir selo de aprovação do INMETRO.				
09	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 215/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	46	Peça	R\$644,00	R\$29.624,00
10	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	44	Peça	R\$694,00	R\$30.536,00
11	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/70	34	Peça	R\$694,00	R\$23.596,00



		R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
12	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 245/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça	R\$838,20	R\$16.764,00
13	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 195/55 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	92	Peça	R\$433,20	R\$39.854,40
14	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado,	20	Peça	R\$690,00	R\$13.800,00



		dimensões 225/65 R17, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
15	01	Bico sem câmara, material de borracha de alta qualidade, durável e de fácil instalação. Evita que sujeira e água entre na válvula.	602	Peça	R\$21,40	R\$12.882,80
16	01	Alinhamento	800	Serviço	R\$100,72	R\$80.576,00
	02	Balanceamento	602	Serviço	R\$50,80	R\$30.581,60
	03	Cambagem	1.208	Serviço	R\$122,50	R\$147.980,00
	04	Montagem e desmontagem	602	Serviço	R\$49,25	R\$29.648,50
	05	Consertos de Pneus	300	Serviço	R\$45,50	R\$13.650,00

TOTAL: R\$ 622.076,28 (seiscentos e vinte e dois mil, setenta e seis reais e vinte e oito centavos.)



ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX /2026
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/ 2026.

O Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiras de Macacu, inscrito no CNPJ sob o nº 13.817.576/0001-98, Centro – Cachoeiras de Macacu – RJ, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde o senhor **Carlos Eduardo da Silva Aguiar**, portador da Carteira de Identidade nº 52749290 CRM/RJ e inscrita no CPF sob o nº 891.187.667-49, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS**, registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com a classificação por ela alcançada e no valor cotado, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente ATA tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, BICOS DE VÁLVULA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADOS, INCLUINDO ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, MOTAGEM, DESMONTAGEM E CONSERTOS DE PNEUS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, especificados no edital de licitação e seus anexos, que é parte integrante desta ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independente de transcrição.

2. DA EMPRESA REGISTRADA E DO PREÇO:

2.1 O(s) preço(s), a(s) quantidade(s), o(s) fornecedor (es) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados na(s) tabela(s) abaixo(s):

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

REPRESENTANTE LEGAL:

CONTATO:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO/MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	------	---------------------	------------	---------	-------------------	----------------



01	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185.R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	26	Peça		
02	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 165/70 R13, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	32	Peça		
03	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/65 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	110	Peça		
04	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não	16	Peça		



		recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
05	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/65 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	70	Peça		
06	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	22	Peça		
07	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/60 R16, tipo devendo possuir selo	20	Peça		



		de aprovação do INMETRO.				
08	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/75 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	52	Peça		
09	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 215/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	46	Peça		
10	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	44	Peça		
11	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo	34	Peça		



		INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
12	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 245/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça		
13	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 195/55 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	92	Peça		
14	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R17,	20	Peça		



		tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
15	01	Bico sem câmara, material de borracha de alta qualidade, durável e de fácil instalação. Evita que sujeira e água entre na válvula.	602	Peça		
16	01	Alinhamento	800	Serviço		
	02	Balanceamento	602	Serviço		
	03	Cambagem	1.208	Serviço		
	04	Montagem e desmontagem	602	Serviço		
	05	Consertos de Pneus	300	Serviço		

2.1 O valor total da presente Ata é de R\$ xxxxxxxxxx (xx).

2.2 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, conforme preceitua o artigo Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR:

O órgão gerenciador será o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRAS DE MACACU-FMS-CM**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação da justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei 14.133/21; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor;

4.2 A autorização do órgão ou Entidade Gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da Adesão pelo Fornecedor;

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos, ou à sua capacidade de gerenciamento;

4.3 Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a execução de serviços ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5. DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

5.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

5.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

6.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

7. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços, se houver, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.1.1.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.2 A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1 O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, ficando o licitante obrigado a oferecer proposta no quantitativo máximo previsto no edital.

7.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

7.4.2.2 Mantiverem sua proposta original;

7.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.5 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.6 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem colocado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.7 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou outro meio determinado pela Administração.

7.8 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.9 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

7.9.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.9.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.10 A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a execução do serviço pretendida, desde que devidamente justificada.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará a empresa para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



9.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

10.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

10.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462, de 2023.

10.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde

que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

11.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

11.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.5.1 Por razão de interesse público;

11.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.5.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462, de 2023.

12. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13. DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

13.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

13.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 12.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1 Durante a vigência do presente Instrumento, a gestão será executada pelo senhor Antônio Carlos Pinto Miranda, matrícula nº 73124 e CPF nº 390.996.877-53 e sua fiscalização técnica e administrativa serão realizadas, respectivamente, pelos senhores, Cassiano Fagundes Rodrigues,



matrícula nº 73076 e CPF nº 084.019.637-70 e Gabriel Oliveira Vidal de Paula, matrícula nº 73250 e CPF nº 130.279.357-80, respectivamente, para o acompanhamento e fiscalização nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao EDITAL.

15.2 Para firmeza e validade do pactuado, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, assinando o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Carlos Eduardo da Silva Aguiar
Secretário Municipal de Saúde
ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA REGISTRADA

CNPJ XXXXXXXXXX



ANEXO V
Modelo - Cadastro Reserva

1. De acordo com a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E	QUANTIDAD E	V. UNIT.	V. TOTAL
X	XXXX	XXX	XXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedores: _____

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E	QUANTIDAD E	V. UNIT.	V. TOTAL
X	XXXX	XXXX	XXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedores: _____

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E	QUANTIDAD E	V. UNIT.	V. TOTAL
X	XXXX	XXXX	XXXXX	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedores: _____

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E	QUANTIDAD E	V. UNIT.	V. TOTAL
X	XXXX	Unidade	700	R\$ XXXXXX	R\$ XXXXX

Fornecedor: _____



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO xx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2739/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N. xx/2026

**CONTRATO Nº XXX/2026 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CACHOEIRAS DE MACACU/RJ E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRAS DE MACACU**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.817.576/0001-98, com sede na Rua Professor Fernando Nunes, nº 37, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. Carlos Eduardo da Silva Aguiar, portador da Carteira de Identidade nº 52749290-CRM/RJ e inscrito no CPF sob o nº 891.187.667-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, através do seu representante legal **XXXXXXXXXX**, portador do RG nº **XXXXXXXXXXXX** e inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 2739/2025, modalidade Pregão Eletrônico nº xx/2026, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato consiste na prestação de serviços **MECÂNICOS ESPECIALIZADOS, INCLUINDO ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, MOTAGEM, DESMONTAGEM E CONSERTOS DE PNEUS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I -- Termo de Referência, conforme segue:

1.0- Objeto da contratação:



LOT E	ITE M	ESPECIFICAÇÃ O	QUANTIDAD E	UNIDAD E	PREÇO UNITÁRI O	PREÇO TOTA L
16	01	Alinhamento	800	Serviço		
	02	Balanceamento	602	Serviço		
	03	Cambagem	1.208	Serviço		
	04	Montagem e desmontagem	602	Serviço		
	05	Consertos de Pneus	300	Serviço		

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. A Proposta do contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE

2.1 - Transmitir, por escrito, diretamente à **CONTRATADA**, todas as instruções e reclamações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da **CONTRATADA**, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível;

2.2 - Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço, garantindo que o mesmo atenda às especificações e necessidades exigidas no Termo de Referência, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas observadas, visando a regularização;

2.3 - Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Contratada não cumpra quaisquer das exigências deste instrumento e do Termo de Referência.

2.4 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

a) permitir à **CONTRATADA** o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;

b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;

c) exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;

d) atestar as notas fiscais, liquidar despesas e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;

e) comunicar formalmente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato.

f) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.



g) cumprir as demais obrigações arroladas no Termo de Referência e nos demais anexos deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

3.1 - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado.

3.2 - Encargos: O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

3.3 - O contratado é responsável por quaisquer encargos ou despesas com acidentes de trabalho;

3.4 - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

3.5 - A Contratada deverá fornecer no ato da assinatura do contrato endereço completo da oficina que disponibilizará para a execução dos serviços.

3.6 - Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a **CONTRATADA** compromete-se a:

- a) atender às requisições de execução do contrato do **CONTRATANTE** nos prazos e condições fixados;
- b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao **CONTRATANTE** em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;
- d) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- e) comunicar, formalmente, à fiscalização do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- f) indicar formalmente, preposto visando estabelecer contatos com o gestor do contrato, no prazo de 3 (três) dias, contados da assinatura do contrato;
- g) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) cumprir as exigências de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- i) cumprir as demais obrigações arroladas no Termo de Referência, que é parte integrante do presente instrumento;
- j) Obedecer às especificações técnica exigidas;
- k) Responsabilizar-se pelo serviço, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada, inclusive despesas de manutenção, combustível e operação;

- l) Prestar o serviço na forma ajustada;
- m) Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato;
- n) Informar imediatamente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, verbalmente e por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços.
- o) Atender as solicitações do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE com informações de dados sobre os serviços, dentro dos prazos estipulados;
- p) Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização durante a execução dos serviços;
- q) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução dos serviços;
- r) Atender a todas as solicitações feitas pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o fornecimento de informações e dados sobre os serviços;
- s) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- t) Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- u) Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento, alimentos e alojamentos de seus empregados e prepostos, necessários a execução do objeto deste instrumento;
- v) Cumprir rigorosamente todas as obrigações atinentes aos serviços descritos no Termo de Referência.

3.7 - A critério da fiscalização, quando os serviços não forem executados em conformidade com a boa técnica, deverão ser refeitos pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, em horário e/ou dia diferentes dos programados para a execução dos serviços normais da equipe.

3.8 - Os vícios aparentes devem ser sanados imediatamente, conforme a notificação pelo responsável pela fiscalização;

3.9 - A empresa deve se responsabilizar pela existência de vícios ocultos, que venham a ser constatados após a execução dos serviços;

3.10 - Os rejeitos, caso existam, devem ser dispostos de maneira a cumprir a legislação ambiental;

3.11 - Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a Contratante, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços especificados no Termo de Referência;

3.12 - Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis;

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

4.1 - Dos Serviços:

4.1.1 Os serviços de montagem, alinhamento, balanceamento, cambagem e demais procedimentos técnicos deverão ser realizados em oficina da Contratada, a qual deverá estar situada obrigatoriamente dentro dos limites do Município de Cachoeiras de Macacu e a até 30 km da sede da Administração, em endereço previamente informado e aceito.

4.1.2 Após a execução de cada serviço, a Contratada deverá formalizar a conclusão à Administração, que designará um Fiscal Técnico do Contrato para realizar a vistoria técnica e o recebimento.

4.1.3 O Fiscal Técnico efetuará a verificação completa no local da prestação do serviço, incluindo aferição dos procedimentos executados e emissão de laudo técnico que ateste a conformidade com as especificações contratuais.

4.1.4 Qualquer vício, defeito ou irregularidade detectado deverá ser corrigido pela Contratada, às suas expensas, não sendo emitido o laudo de conformidade enquanto não houver total adequação aos termos contratuais.

4.2 Liquidação

4.2.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, **correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

4.3 - Prazo de Pagamento

4.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.4 - Forma de Pagamento

4.4.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

4.4.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.4.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1 - O **CONTRATANTE** designará, na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, servidor com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

5.1.1 - Durante a vigência do presente Instrumento, a gestão será executada pelo senhor Antonio Carlos Pinto Miranda, matrícula nº 73.124 e CPF nº 390.996.877-53 e sua fiscalização técnica e administrativa serão realizadas através dos responsáveis os senhores, Cassiano Fagundes Rodrigues, matrícula nº 73076 e CPF nº 084.019.637-70 e Gabriel Oliveira Vidal de Paula, matrícula nº 73.250 e CPF nº 130.279.357-80, respectivamente, para o acompanhamento e fiscalização nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2 - O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da **CONTRATADA** de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por preposto designado.

5.3 - O **CONTRATANTE** poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) com informações pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização contratual.

5.4 - É direito da **FISCALIZAÇÃO** rejeitar quaisquer serviços/fornecimentos quando entender que se encontram fora das especificações técnicas definidas pelo Órgão.

5.5 - À **FISCALIZAÇÃO** compete, dentre outras atribuições:

- a) encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à **CONTRATADA**;
- b) zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;
- c) anotar em documento próprio as ocorrências;
- d) determinar a correção de faltas ou defeitos;
- e) encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.



5.6 - A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

7.1 - O valor total contratado será de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (xxx).

7.2 - Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato.

7.3 - O **CONTRATANTE** poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, artigos 125 e 126.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta das dotações orçamentárias:

709.50.003.0001.10.302.2062.3.3.90.30.00.1.635.0000.

511.50.003.0001.10.302.2062.3.3.90.39.00.1.635.0000

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1 - No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

9.2 - O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 - A **CONTRATADA**, em caso de descumprimento às regras deste instrumento e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

10.1.1 - Multa compensatória:



- a) 5%, calculada sobre o valor contratado, em caso de não cumprimento das cláusulas deste Contrato;
- b) 15%, calculada sobre o valor contratado, em caso da não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.
- c) 15% calculada sobre o valor contratado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

10.1.2 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida, quando solicitado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;
- b) não mantiver o valor deste instrumento, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;
- c) não assinar o contrato e/ou documento equivalente, bem como não entregar documentação exigida para a contratação e/ou registro, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;
- d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

10.1.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar o objetivo deste Contrato; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

10.1.4 - As multas previstas no item 10.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 10.1.2 e 10.1.3 deste capítulo.

10.2 - É admitida a reabilitação da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa, se houver;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento ou no ato punitivo.

10.3 - A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.4 - A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **FUNDO MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

10.5 - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à **CONTRATADA** da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.6 - Fica assegurado à **CONTRATADA** o uso dos recursos previstos em lei.

10.7 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.7.1 - Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

10.8 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

10.9 - Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o Contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

10.11 - A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

10.12 - As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

11.1 - Fica vedada a subcontratação da execução do serviço, objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica, assim, a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 - Este contrato poderá ser extinto a juízo do **CONTRATANTE**, com base nos artigos 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a **CONTRATADA** não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 - Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da sua assinatura.

14.2 - O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.



17.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

17.3 - O **CONTRATANTE** não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

17.4 - A **CONTRATADA** assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o **CONTRATANTE** não será responsável solidário.

17.5 - A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ, situado no prédio sede na Rua Oswaldo Aranha, nº 06, bairro Centro, neste Município.

17.6 - Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

17.6.1 - O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

17.7 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para execução, as obrigações da Administração, habilitação e demais exigências legais, inclusive da contratada, bem como as penalidades e condições não descritas neste instrumento editalício, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao EDITAL.

17.8 - Para firmeza e validade do pactuado, as partes firmam o presente Contrato, assinando o instrumento em duas vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Cachoeiras de Macacu/RJ, xx de xxxxxxxxxxxxxx de 2026.

Carlos Eduardo da Silva Aguiar
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Empresa Contratada
CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxx



PREFEITURA DE
**Cachoeiras
de Macacu**

SEGOV
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil

Departamento de Compras Governamentais

TESTEMUNHAS:

C.I.:

CPF:

C.I.:

CPF:



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO xx/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2739/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N. xx/2026

**CONTRATO Nº XXX/2026 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CACHOEIRAS DE MACACU/RJ E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiras de Macacu, inscrito no CNPJ sob o nº 13.817.576/0001-98, com sede na Rua Professor Fernando Nunes, nº 37, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde o Sr. Carlos Eduardo da Silva Aguiar, portador da Carteira de Identidade nº 52749290-CRM/RJ e inscrito no CPF sob o nº 891.187.667-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, através do seu representante legal **XXXXXXXXXX**, portador do RG nº **XXXXXXXXXXXX** e inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, decorrente do Processo licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº xx/2026 e Processo Administrativo nº 2739/2025, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato consiste no **FORNECIMENTO DE PNEUS AUTOMOTIVOS E BICOS DE VALVULAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, conforme segue:

2.0- Objeto da contratação:



LOT E	ITE M	ESPECIFICAÇÃ O	QUANTIDAD E	UNIDAD E	PREÇO UNITÁRI O	PREÇ O TOTA L
01	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185.R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	26	Peça		
02	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 165/70 R13, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	32	Peça		
03	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/65 R14, tipo devendo possuir selo de	110	Peça		



		aprovação do INMETRO.				
04	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	16	Peça		
05	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/65 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	70	Peça		
06	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/70 R14, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	22	Peça		



07	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/60 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça		
08	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/75 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	52	Peça		
09	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 215/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	46	Peça		
		Pneu automotivo, construção radial,				



10	01	certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	44	Peça		
11	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	34	Peça		
12	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 245/70 R16, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça		
13	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO,	92	Peça		



		produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 195/55 R15, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.				
14	01	Pneu automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/65 R17, tipo devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	20	Peça		
15	01	Bico sem câmara, material de borracha de alta qualidade, durável e de fácil instalação. Evita que sujeira e água entre na válvula.	602	Peça		

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE

2.1 - Transmitir, por escrito, diretamente à **CONTRATADA**, todas as instruções e reclamações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da **CONTRATADA**, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível;



2.2 - Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, garantindo que o mesmo atenda às especificações e necessidades exigidas no Termo de Referência, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas observadas, visando a regularização;

2.3 - Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Contratada não cumpra quaisquer das exigências deste instrumento e do Termo de Referência.

2.4 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a) permitir à **CONTRATADA** o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c) exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d) atestar as notas fiscais, liquidar despesas e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;
- e) comunicar formalmente à **CONTRATADA**, qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato.
- f) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.
- g) cumprir as demais obrigações arroladas no Termo de Referência e nos demais anexos deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

3.1 - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado.

3.2 - Encargos: O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

3.3 - O contratado é responsável por quaisquer encargos ou despesas com acidentes de trabalho;

3.4 - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

3.5 - Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a **CONTRATADA** compromete-se a:

- a) atender às requisições de execução do contrato do **CONTRATANTE** nos prazos e condições fixados;
- b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao **CONTRATANTE** em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na

época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

- d) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- e) comunicar, formalmente, à fiscalização do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- f) indicar formalmente, preposto visando estabelecer contatos com o gestor do contrato, no prazo de 3 (três) dias, contados da assinatura do contrato;
- g) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) cumprir as exigências de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- i) cumprir as demais obrigações arroladas no Termo de Referência, que é parte integrante do presente instrumento;
- j) Obedecer às especificações técnica exigidas;
- k) Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada, inclusive despesas de manutenção, combustível e operação;
- l) Fornecer o objeto na forma ajustada;
- m) Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato;
- n) Informar imediatamente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, verbalmente e por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução do objeto.
- o) Atender as solicitações do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE com informações de dados sobre os itens, dentro dos prazos estipulados;
- p) Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização durante a execução do objeto;
- q) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução do objeto;
- r) Atender a todas as solicitações feitas pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o fornecimento de informações e dados sobre os itens;
- s) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- t) Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- u) Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os

previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento, alimentos e alojamentos de seus empregados e prepostos, necessários a execução do objeto deste instrumento;

v) Cumprir rigorosamente todas as obrigações atinentes aos serviços descritos no Termo de Referência.

3.6 - A critério da fiscalização, quando os itens não forem entregues em conformidade com a boa técnica, deverão ser substituídos pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, em horário e/ou dia diferentes dos programados para a execução dos serviços normais da equipe.

3.7 - Os vícios aparentes devem ser sanados imediatamente, conforme a notificação pelo responsável pela fiscalização;

3.8 - A empresa deve se responsabilizar pela existência de vícios ocultos, que venham a ser constatados após a execução dos serviços;

3.9 - Os rejeitos, caso existam, devem ser dispostos de maneira a cumprir a legislação ambiental;

3.10 - Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a Contratante, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços especificados no Termo de Referência;

3.11 - Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis;

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

4.1 - Do Fornecimento

4.1.1 - O fornecimento será atestado conforme solicitação do órgão requerente, que consiste na verificação pela fiscalização da **CONTRATANTE**, de que os mesmos foram entregues conforme estabelecido neste Termo de Referência e demais documentos que fazem parte integrante do objeto licitatório.

4.1.2 - Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes do processo licitatório.

4.1.3 - Após a aprovação por parte da fiscalização será solicitada à **CONTRATADA** a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

4.1.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.5 - No caso de controvérsia entre a **CONTRATADA** e a Atestada pela **CONTRATANTE**, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.2 - Liquidação

4.2.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, **correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

4.3 - Prazo de Pagamento

4.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.4 - Forma de Pagamento

4.4.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.4.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1 - O **CONTRATANTE** designará, na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 117, servidor com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

5.1.1 - Durante a vigência do presente Instrumento, a gestão será executada pela senhora Antonio Carlos Pinto Miranda, matrícula nº 73.124 e CPF nº 390.996.877-53 e sua fiscalização técnica e administrativa serão realizadas através dos responsáveis os senhores, Cassiano Fagundes Rodrigues, matrícula nº 73076 e CPF nº 084.019.637-70 e Gabriel Oliveira Vidal de Paula, matrícula nº 73.250 e CPF nº 130.279.357-80, respectivamente, para o acompanhamento e fiscalização nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, para as funções de fiscal do Contrato.

5.2 - O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da **CONTRATADA** de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por preposto designado.

5.3 - O **CONTRATANTE** poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) com informações pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização contratual.

5.4 - É direito da **FISCALIZAÇÃO** rejeitar quaisquer serviços/fornecimentos quando entender que se encontram fora das especificações técnicas definidas pelo Órgão.

5.5 - À **FISCALIZAÇÃO** compete, dentre outras atribuições:

- a) encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à **CONTRATADA**;
- b) zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;
- c) anotar em documento próprio as ocorrências;
- d) determinar a correção de faltas ou defeitos;
- e) encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

5.6 - A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO



7.1 - O valor total contratado será de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

7.2 - Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato.

7.3 O **CONTRATANTE** poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei Federal n.º 14.133/2021, artigos 125 e 126.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta das dotações orçamentárias: 709.50.003.0001.10.302.2062.3.3.90.30.00.1.635.0000 e 511.50.003.0001.10.302.2062.3.3.90.39.00.1.635.0000

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1 - No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

9.2 - O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 - A **CONTRATADA**, em caso de descumprimento às regras deste instrumento e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

10.1.1 - Multa compensatória:

a) 5%, calculada sobre o valor contratado, em caso de não cumprimento das cláusulas deste Contrato;

b) 15%, calculada sobre o valor contratado, em caso de não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.

c) 15% calculada sobre o valor contratado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

10.1.2 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais penalidades legais, aquele que:

a) deixar de entregar documentação exigida, quando solicitado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;

b) não manter o valor deste instrumento, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;

c) não assinar o contrato e/ou documento equivalente, bem como não entregar documentação exigida para a contratação e/ou registro, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;

d) fazer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

10.1.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar o objetivo deste Contrato; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

10.1.4 - As multas previstas no item 10.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 10.1.2 e 10.1.3 deste capítulo.

10.2 - É admitida a reabilitação da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa, se houver;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento ou no ato punitivo.

10.3 - A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.



10.4 - A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

10.5 - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à **CONTRATADA** da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.6 - Fica assegurado à **CONTRATADA** o uso dos recursos previstos em lei.

10.7 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.7.1 - Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

10.8 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

10.9 - Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o Contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

10.11 - A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

10.12 - As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

11.1 - Fica vedada a subcontratação da execução do serviço, objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1 - Este contrato poderá ser extinto a juízo do **CONTRATANTE**, com base nos artigos 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a **CONTRATADA** não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da sua assinatura.

13.2 - O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



15.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

16.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

16.3 - O **CONTRATANTE** não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

16.4 - A **CONTRATADA** assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o **CONTRATANTE** não será responsável solidário.

16.5 - A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da Secretaria Municipal de Saúde.

16.6 - Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

16.6.1 - O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

16.7 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para execução, as obrigações da Administração, habilitação e demais exigências legais, inclusive da contratada, bem como as penalidades e condições não descritas neste instrumento editalício, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao EDITAL.

16.8 - Para firmeza e validade do pactuado, as partes firmam o presente Contrato, assinando o instrumento em duas vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença de duas testemunhas.



PREFEITURA DE
**Cachoeiras
de Macacu**

SEGOV
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil

Departamento de Compras Governamentais

CARLOS EDUARDO DA SILVA AGUIAR

Secretário Municipal da Saúde

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____